



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ACTA N.º 5/2014

-----**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----**PRESIDENTE – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO**-----

-----**1º SECRETÁRIO – JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA**-----

-----**2º SECRETÁRIO – CLEMENTINA AUGUSTA MARÇAL GEMELGO**-----

-----Eram dezassete horas, quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Maria Inácia Rosa, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Helena Isabel Pires Seabra, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Manuel Luís Gomes Vaz e Carlos Alberto Camelo que foram substituídos, pelos senhores: Jorge Elias Venceslau Artilheiro, Fernando Humberto Gomes, António Joaquim de Araújo Oliveira, João Manuel Gradíssimo Rocha e Maria Inácia Ferreirinha.-----

-----O Deputado Municipal, António Nuno Baptista Mendes de Moraes, pediu a suspensão do seu mandato pelo período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 2014.11.12, tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Ana Rita Simão Rodrigues.-----

-----A Deputada Municipal, Joana Rita Anes Tiago Sarmento, foi convocada tendo de seguida pedido também a sua substituição, tendo sido pela Carla Margarida da Costa Palhau.--

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Olmos, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta, Sr^a Ana Lúcia Ventura Fernandes.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Castelãos, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Secretário da Junta, Sr. Carlos Alberto Maceda.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Cortiços, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Secretário da Junta, Sr. José Miguel Príncipe Faria Mascarenhas.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 60 Deputados Municipais: António dos Santos Pires Afonso, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Clementina Augusta Marçal Gemelgo, Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, Paulo Duarte da Silva Dias, Maria Adelaide Alves Gonçalves Baptista, Luís Manuel Dias Gonçalves, Luís Adelino Batista, Maria Helena Lopes Gonçalves, João Manuel Alves Borges, Manuel António Machado Carvalho, Alberto Manuel Pinela Salgado, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Telma de Fátima Atalão Roma, Francisco José Correia, Maria Inês Falcão Bárrios, Maria José Alves de Lima, Halestino Ernesto Gomes Pimentel, Adalberto do

Nascimento Fernandes, Susana Alexandra Esteves Viana, Manuel Alberto Rodrigues, Manuel Alberto Morais Brás, Ana Rita Simão Rodrigues, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, João Manuel Gradíssimo Rocha, Carla Margarida da Costa Palhau, Maria Inácia Ferreirinha, Fernando Humberto Gomes, António Joaquim de Araújo Oliveira, Humberto José Trovisco, Luís Carlos Teixeira Rodrigues, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio, José Miguel Príncipe Faria Mascarenhas, Eduardo João Martins Pereira, Manuel André Pires Morais, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Cláudia Sofia Quirino Chamusca, Isilda da Conceição Honrado, Leonardo do Nascimento Morais Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Mário Filipe Borges Teles, Ana Lúcia Ventura Fernandes, Marco Aurélio Pinto Ferreira, Gilberto Amadeu Pires, Inácio de Jesus Roma, António Sérgio da Silva Botelho, Helena Isabel Basaloco Sapage, Rui Manuel Cosme Santos, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.-----

-----Não compareceu o Presidente de Junta de Peredo, Sr. José Libório Ramalho.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar. -----

-----Seguidamente, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à ata da sessão ordinária do dia 29 de Setembro de 2014, podê-lo-ia fazer.-----

-----Não havendo quem pretendesse usar da palavra, foi a ata posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 2 (duas) abstenções.-----

-----**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- (Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro) -----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Disse que na última Assembleia Municipal tinha perguntado ao Sr. Presidente da Câmara, qual o valor que o Município tinha em dívida de água com a Empresa Águas de Portugal, ao que o Sr. Presidente respondeu serem cerca de 6 milhões e 500 mil euros. Perguntou também como justificava o facto de haver perdas de água de 79% e de só 21% da água comprada é que era faturada. O Senhor Presidente disse que melhor do que ninguém, ele o sabia e que antigamente demoravam dias a compor as fugas e agora demoram - se horas. Entendeu ainda, o senhor deputado, dizer ao Sr. Presidente que não faz a mínima ideia, nem melhor nem pior que ninguém. Acrescentando que as pessoas que estavam presentes na anterior Assembleia e com quem depois falou sobre o assunto, também ficaram sem saber ao que o Sr. Presidente se queria referir e gostava que hoje o Sr. Presidente lhe respondesse e explicasse esta questão. Também enquanto munícipe que paga as suas contas todos os meses e que não deve nada à Câmara, nem de água, nem de outra coisa, gostava que lhe dissesse como é possível chegarem a dever 6 milhões e 500 mil euros à Empresa Águas de Portugal.-----



-----**HALESTINO ERNESTO GOMES PIMENTEL (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Solicitei a palavra nesta Assembleia para destacar dois momentos de particular relevância para Macedo de Cavaleiros. O primeiro refere-se à Educação e mais concretamente ao ranking das escolas, para os exames nacionais do ano letivo 2013/2014 em que o Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros, obteve um destaque a nível nacional. Como referi o Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros destaca-se a nível nacional neste ranking de Escolas do Ensino Secundário. Vou apresentar 3 imagens retiradas no jornal “Público”, do passado dia 29 de Novembro em que a média nacional dos exames nacionais de 8 disciplinas – 10.44. Este Distrito esteve um pouco abaixo - 10.09, já sabem como funcionam as médias, há muitas carruagens e poucas locomotivas, aqui claramente a Escola da Macedo de Cavaleiros apresentou-se como a locomotiva do Distrito com uma média destacada de 11.64, não conseguiu que a média do Distrito atingisse a média nacional mas, claramente aproximou-se. Não foi só a nível do Distrito que houve destaque, foi a nível nacional considerando o universo de 621 Escolas portuguesas, 119 privadas e 502 públicas, os critérios da Universidade Católica e do Público agruparam Escolas em 3 contextos de acordo com as realidades socioeconómicas. Essas realidades socioeconómicas tinham em particular dois pontos, a média dos anos de Escolaridade dos Pais dos alunos e a percentagem dos alunos que têm ação social escolar, portanto foram agrupadas as escolas em 3 contextos e a Escola de Macedo de Cavaleiros esteve no contexto 1 representada na cor laranja juntamente com mais 146 Escolas. Portanto no total de 621 a Escola de Macedo de Cavaleiros destacou-se na sexagésima oitava (68) posição, mas não foi só isso, faz parte do ranking das 5 melhores escolas públicas de cada contexto e também não foi só isso, é também a primeira Escola pública do seu contexto. Destaca-se também pelo facto ser a primeira Escola desse contexto e de a segunda escola desse contexto vir 32 posições abaixo. Esta escola também é no fundo a 3.ª escola do contexto a seguir ou seja do contexto 2. É portanto de realçar o esforço que a escola teve para superar o valor que lhe era esperado atendendo ao contexto no qual foi inserida. Relativamente à média nacional das escolas privadas – 11.64; média da escola de Macedo de Cavaleiros – 11.64, equiparável às escolas públicas. Nos três mapas como podem ver, olhando para o mapa das 8 disciplinas, estão a vermelho o que significa que estão acima da média nas 8 disciplinas. Estão de parabéns, toda a estrutura do Agrupamento, desde a direção aos auxiliares, os professores, também grandes responsáveis pelo sucesso e, acima de tudo os alunos responsáveis pelos resultados, dada a sua aplicação e aprendizagem.-----

-----O segundo ponto que me traz aqui é o desporto, mais concretamente a modalidade do Kickboxing. Temos aqui uma Associação de Desportos de Combate de Macedo de Cavaleiros que nos passados dias 6 e 7 do mês de Dezembro, no concelho de Albufeira conseguiu excelentes resultados e que elevaram o nome desta Cidade. Conseguiu 8 campeonatos nacionais e 4 vice campeões nacionais. Enalteço todo o apoio que a Câmara tem dado a esta Associação de Desportos de Combate, apoio esse que se tem revelado imprescindível para o sucesso até aqui alcançado. Parece-me, por isso, importante que a Câmara continue a reconhecer a prestação desta Associação, e evidencio aqui a posição dada a conhecer já esta

semana através de uma mensagem que o Sr. Presidente da Câmara Municipal encaminhou para a Associação, felicitando-a pelos recentes resultados.-----

-----O agradecimento e o reconhecimento daqueles que elevam mais alto o nome de Macedo de Cavaleiros devem continuar a merecer de si, Sr. Presidente da Câmara, toda a atenção. Pelo que conheço de si, e pelo que tem sido o seu mandato até aqui, estou convicto que continuará a mostrar-se grato e a felicitar o esforço de todos.”-----

-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: Como é sabido a CDU faz parte da Comissão de Saúde que trata dos assuntos relacionados com a saúde deste concelho. Também é sabido que há um serviço que é de excelência que estava localizado em Macedo e que já recebeu uma ordem “ao mais alto nível” para cessar funções e portanto como eu compreendo que esta situação fosse tratada talvez mais tarde mas, como o tempo urge porque hoje são 17 de Dezembro e os serviços fecham no fim deste mês quero aqui chamar a atenção de todos e também do Sr. Presidente da Câmara porque eu sou macedense como todos vós sois. Não é nada agradável ver todo este percurso que a nossa saúde e o nosso hospital tem tido com a perda de valências, com o abandono total da nossa cidade no que diz respeito à saúde, e isto não se compreende.-----

-----Em função disto trago uma **moção** que coloco à vossa consideração: “Em defesa da Unidade de Convalescença-----

-----Tendo em conta as notícias vindas a público sobre o encerramento da Unidade de Convalescença do Hospital de Macedo de Cavaleiros e considerando que: - esta é a única na região que serve os Distritos de Vila Real e Bragança com uma taxa de ocupação de 100%; - o serviço que esta unidade presta é imprescindível para a manutenção da qualidade de vida dos cidadãos e utentes do Serviço Nacional de Saúde; - há fortes riscos de o encerramento de mais um serviço público ir parar às mãos de privados, leia-se Hospital Terra Quente; - a defesa dos serviços públicos é defender a região e o nosso concelho.-----

-----A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida a 17 de Dezembro de 2014, delibera: 1- Reclamar do Governo a manutenção da Unidade de Convalescença na Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros; 2- Apelar e mobilizar as populações para a defesa deste serviço.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Devidamente apreciada a moção foi a mesma aprovada por unanimidade dos 60 membros eleitos presentes.**-----

-----**HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD)** – Disse ao Sr. Presidente da Câmara que o motivo pelo qual pediu para usar da palavra foi para novamente falar sobre a eletrificação do troço desde a ponte da variante da Nacional 216 até ao Nó do IP2 e cruzamento da Amendoeira. Também a limpeza da Zona Industrial é uma questão que o preocupa porque esta é um ex-libris da região e acha que a Câmara está um pouco descuidada com a sua limpeza, pois os passeios estão cheios de silvas tal como as rotundas e era bom que a Câmara zelasse pela Zona Industrial. Alertou também para a necessidade de pavimentar um pequeno troço à beira da Sodinorte, até porque o autocarro municipal passa lá duas vezes por dia com as crianças das escolas. Acrescentou ainda que a estrada nacional 15 também está com as



valetas completamente destruídas e era bom que a Câmara Municipal tomasse conta destas questões.-----

-----**MARIA INÊS FALCÃO BÁRRIOS (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Meus senhores, não podemos ficar indiferentes neste período natalício, às iniciativas, que o Município promoveu e reforçou os laços de união entre autarquia, comerciantes, associações, instituições, professores e alunos num projeto comum que dá vida às ruas da cidade. Desde a recriação de 3 quadros vivos ao advento dinamizados pela Casa do Professor, com o apoio da Câmara Municipal. Quadros muito emotivos, bem ao sabor da época litúrgica que atravessamos que nos lembram o nascimento de Jesus. Macedo de Cavaleiros, é uma cidade com cor, com vários eventos culturais e seria bom que todos participassem na dinâmica da cidade de uma forma ativa e empenhada. Mas Macedo é também uma cidade solidária que se revela em várias iniciativas. Destacarei apenas algumas: O sarau solidário presenteou a Cercimac, da iniciativa da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, com talentos Macedenses. A II edição do “Natal sobre Rodas” com aproximadamente 100 participantes, no desfile solidário de Pais Natal de bicicleta, cuja organização esteve a cargo da Associação da Bela Vista, com apoio da Câmara. Toda a magia desce à Cidade Natal. Relembro a Campanha solidária de recolha de brinquedos iniciativa promovida pelas Instituições de Ação Social. A Cercimac, criou e recriou um ambiente de fantasia no jardim 1º de Maio, para fazer sonhar as crianças, com o apoio da Câmara Municipal. A casinha dos sonhos, acolheu os trabalhos dos alunos do 1º Ciclo e dos professores das atividades de enriquecimento curricular. As árvores foram vestidas com cachecóis gigantes pela equipa da Biblioteca Municipal realizados pelos utentes do Projeto Idade Maior/Idade Menor. Iluminações das ruas da cidade: trabalho desenvolvido pelos trabalhadores da Câmara Municipal, com recurso a materiais de armazém e reaproveitamento de outros. A festa do Natal das escolas foi uma realidade muito divertida para todas as crianças do pré-escolar público e privado, assim como para o 1ºCiclo. Uma excelente escolha do município, a avaliar pela recetividade dos alunos e pelas críticas positivas de professores e educadores. Um espetáculo de teatro, música e dança que terminou com a distribuição de presentes a todas as crianças. Nestes dias o centro cultural viveu momentos de grande entusiasmo e alegria. Toda a magia desce à Cidade Natal. Relembro a campanha solidária de recolha de brinquedos iniciativa promovida pelas Instituições de Ação Social. As rotundas e espaços verdes foram decorados por Associações e Instituições com motivos natalícios. Outros eventos culturais integram o programa da Cidade Natal: concerto na Santa Casa da Misericórdia, pelo grupo Coral Macedense, na rua pedonal os sons da Banda 25 de Março vão fazer eco. Na Igreja de S. Pedro o concerto com o grupo Coral Macedense, Casa do Professor e jovens MIC. Saliento ainda, a preocupação que a autarquia manifesta com os mais vulneráveis e desfavorecidos, procurando combater a pobreza e a exclusão social, não apenas nesta quadra natalícia, mas ao longo de todo o ano. Tal facto revela-se de uma forma muito premente na Loja Eco- Solidário que funciona no mercado Municipal e que viu o seu horário de funcionamento alargado. A autarquia disponibilizou uma funcionária que está das 9:00h às

16:00h e que zela pela manutenção do espaço e faz o atendimento à população que aí ocorre para receber ajuda ou doar bens que são essencialmente roupa, calçado e brinquedos. Aproveito a ocasião para solicitar a todos que divulguem esta loja e que participem na medida das vossas possibilidades, não apenas na época natalícia, mas todos os dias do ano.”-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que em resposta às questões que lhe foram colocadas disse ao Deputado Municipal Pedro Mascarenhas que era verdade que tinha dito que o montante de dívida da Câmara Municipal à Empresa Águas de Portugal era de 6 milhões e 500 mil euros e é possível chegar a este montante por diversas razões. Os Autarcas durante alguns anos andaram a negociar com o Ministério para poderem ter um preço da alta muito mais baixo do que aquele que se paga agora. Chegaram à conclusão que devia haver preços mais baixos para os concelhos do interior do País e arranjaram uma tarifa chamada “tarifa feta”, em que 1m³ custava 0,50€. No entanto, isto nunca chegou a concretizar-se, razão pela qual, todos os Municípios deixarem de pagar, resultando para a Empresa Águas de Portugal este prejuízo que agora tem que ser pago. No caso da Câmara de Macedo, foram celebrados acordos com as Águas de Trás-os-Montes, estando o pagamento a ser efetuado e estando a levar por diante aquilo que é a vontade das Águas de Portugal e também do Governo, que é fazer a fusão dos sistemas em alta. Após isso, na melhor das hipóteses, no primeiro trimestre do próximo ano estará concluído esse processo da fusão em alta e depois passarão à verticalização. Atualmente a Câmara ainda não tem nenhum documento mas espera que até ao final do ano o mesmo chegue, para poderem falar sobre o mesmo. Quanto à questão de ter dito que o Sr. Deputado era conhecedor da situação foi porque as redes de distribuição do Município já têm algum tempo e com o aumento da pressão da água, que foi muito significativo, estas redes de distribuição como não estavam preparadas levam a um alarmante número de roturas. -----

-----A questão da nossa geografia, a longa extensão do concelho e dos agregados urbanos leva também a que haja propensão para maiores perdas de água, para maiores fugas e mais difíceis de encontrar. Referiu que apesar disso, não foge à questão, reconhecendo ser um problema e um indicador negativo para o concelho. Problema que tem reflexos ambientais e muito peso nas finanças do Município. Para finalizar, garantiu estar a trabalhar no sentido de reverter esta situação.-----

-----Disse ao Deputado Municipal, Adalberto Fernandes, que está inteiramente de acordo com ele e disse-lhe também que o Governo vai de facto ter de lhes dizer aquilo que pretende; se quer entregar o Hospital à Misericórdia, se o quer privatizar ou fechar. Pois não podem continuar neste sobressalto todos os dias. Garantiu que ele, enquanto representante Autárquico e de todos os macedenses estará sempre na linha da frente em defesa dos interesses do concelho de Macedo.-----

-----Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Amendoeira, Sr. Humberto Trovisco, informou que a iluminação do troço do Nó da Amendoeira até à ponte não é do domínio da Câmara mas sim das Estradas de Portugal, com quem poderá eventualmente falar sobre este



assunto. Relativamente à questão da limpeza da Zona Industrial, disse que tem passado por lá e que de facto a Zona Industrial não é aquilo. Disse que estão com o projeto pronto para quando abrir o Norte 2020 poderem candidatar a totalidade da Zona Industrial e deixarem de andar a trabalhar aos poucos, como tem acontecido até agora. O troço da Sodinorte estará também contemplado na Candidatura referida. Quanto à estrada nacional 15, entre o Pontão de Lamas e Mirandela é da responsabilidade da Câmara Municipal e a situação vai ser devidamente tratada.-----

-----Ao Deputado Municipal, Halestino Pimentel, disse que o que apresentou é significativa para a nossa terra, dando os parabéns ao Agrupamento, na pessoa do Sr. Diretor, a todos aqueles que trabalham no Agrupamento e também aos alunos. Quanto à Associação, a Câmara já lhe fez chegar os parabéns pelos resultados conseguidos no Algarve.-----

-----**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Referiu que de há uns anos para cá, Macedo está no olho do furacão pois não há quase mês nenhum que não estejam em permanente sobressalto porque tentam fechar serviços. Efetivamente, desde que foi constituído o Centro Hospitalar do Nordeste e agora a ULS, parece que Macedo é um alvo a abater. Na anterior Assembleia Municipal congratulou-se ali com o recuo do Conselho de Administração da ULS Nordeste face ao apoio da medicina interna relativamente à urgência, em que prevaleceu o bom senso mas, desta vez há uma Lei da Assembleia da República que determina a criação de uma rede nacional de cuidados paliativos, independente da atual rede de cuidados continuados e que lhes vem criar este problema. No âmbito da Comissão de Saúde, acham que está errado, tentar destacar os cuidados paliativos daquilo que são os cuidados de convalescença, ou os cuidados de média ou de longa duração, para além de outros serviços na rede nacional de cuidados continuados. É um erro fazer este destacamento porque em Macedo tinham uma Unidade Mista com 18 camas de cuidados de convalescença e oito camas de paliativos e o que a Tutela pretende é que as Unidades de Convalescença na Zona Norte desapareçam e que no caso de Macedo seja reconvertida, neste caso aumentada com mais 7 camas, para cuidados paliativos. No entender da Comissão de Saúde isto é um erro pois têm um serviço que está quase sempre lotado, frequentemente há lista de espera e portanto esta decisão é incompreensível e absurda. Não se entende como podem acabar com um serviço que tem plena utilização e classificado como de excelência. Isto acontece porque alguém teve a ideia de propor e avançar com uma rede nacional de cuidados paliativos, independente da atual rede de nacional de cuidados continuados e há que arranjar espaços e camas para esse efeito. Por isso, a Unidade de Cuidados Continuados é apontada para ser liquidada. Desta vez a decisão deste encerramento é da ARS Norte, mas a primeira opção da Comissão de Saúde desta Assembleia Municipal é que se mantenha a Unidade tal como está e que tão bons resultados tem dado. No entanto, perante uma Lei da Assembleia da República que pretende ser genérica, abstrata e, de alguma forma, encerrar todas as Unidades de Convalescença, a Comissão de Saúde reuniu com o Dr. Adão Silva e a Dr.^a Maria José Moreno a quem perguntaram quais são as alternativas que colocam em relação a este problema. Foi-

lhes transmitido que vão ser garantidas algumas substituições face ao atual serviço, nomeadamente, os doentes que antes eram direcionados para a Unidade de Convalescença, agora irão para camas do próprio Hospital e que haverá um apoio secundário por parte das equipas de apoio domiciliário. O que na opinião da Comissão de Saúde não é bem a mesma coisa. Portanto, na sequência disto, se não for possível voltarem atrás e efetivamente manter este serviço, o que é que lhes oferecem e garantem em troca disto?-----

-----Disse ainda que na sequência da reunião com os Deputados da Assembleia da República, enviou uma missiva ao Dr. Marçoa, Presidente do Conselho de Administração da ULS, Nordeste colocando-lhe 5 questões que passou a ler: “ 1- A partir de 1 de Janeiro próximo a Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros assegurará plenamente o internamento dos doentes que no momento atual seriam direcionados para a Unidade de Convalescença? 2- Relativamente a doentes operados em outros hospitais, mas que carecem de especial acompanhamento de fisioterapia e reabilitação a Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros continuará a ser a Unidade de referência? 3- O projeto de reconversão/ampliação da Unidade de Paliativos terá a linha de financiamento adequado que garanta a sua estabilidade temporal? 4- Como serão realocados os trabalhadores afetos à atual Unidade de Convalescença? 5- É expectável que no futuro as necessidades de pessoal para a Unidade de Paliativos venha a permitir a manutenção ou o aumento do número de trabalhadores atualmente afetos à Unidade de Convalescença e Serviços Paliativos. E, termino dizendo que a extinção e redução de serviços públicos em especial na área da saúde têm um efeito desastroso sobre a confiança e as expectativas das pessoas que teimam em querer viver nesta região e minam os esforços dos Autarcas que tentam a todo o custo estancar e inverter este ciclo de despovoamento. Esta é a posição da Comissão de Saúde”. Garantiu ainda que vão estar muito atentos ao que se vai passar e sabem que este recado chegou a quem de direito, nomeadamente ao Sr. Secretário de Estado, Dr. Leal da Costa. Finalizou dizendo que irão aguardar atentamente o evoluir desta situação.-----

-----**JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se os restantes Municípios que têm contratos com a Empresa Águas de Portugal têm semelhante montante em dívida, como o Município de Macedo. Quanto à questão das fugas e perdas de água pensa que é possível que as haja, mas ainda é mais possível tecnicamente e com vontade, resolver essas situações rapidamente, pois descobri-las é a coisa mais simples. Tanto quanto sabe existem fugas há 10 anos ou mais e continuam sem ser tapadas. Tudo é uma questão de falta de vontade para resolver a situação, pois são situações que se arrastam há anos a fio. Sobre a saúde disse que infelizmente este Distrito há 10 anos que possui 3 hospitais Distritais e que era vulgar ouvir-se dizer que 3 eram demais. Neste momento o mesmo Distrito com metade da população tem 4 Hospitais, deixaram de ser demais, pelo menos os novos, havendo localidades no Distrito que até se dão ao luxo de ter 2 Hospitais. Mas pior que isto é que os serviços que fecham em Macedo são realocados noutras localidades do Distrito, como é o caso da Unidade de Convalescença que vai fechar no público em Macedo, e vai para o Hospital Privado de Mirandela. Mas não foi só este serviço que



fechou em Macedo. Na semana seguinte fechou também outro serviço que tinha apenas dois funcionários que não eram de Macedo mas vinham para cá e faziam aqui a sua vida diária de laboração. No meio desta confusão toda e no que diz respeito à saúde faz-lhe muita confusão alguém dizer que Macedo pelo facto de perder serviços ganha. Não percebe como. Referiu que foi dito que o Serviço de Convalescença tinha uma taxa de ocupação de cerca 100%, no entanto, não foi dito nada sobre a questão dos serviços Paliativos que vão aumentar e onde a taxa de ocupação se situa abaixo dos 50%. Mas como as aberturas e os encerramentos são todas pensadas em termos de números é fácil saber porque vão ampliar os Serviços Paliativos. Advertiu que, daqui a 6 meses vão dizer que o Serviço em Macedo não se justifica. Por tudo isto, acha que está na altura de o Sr. Presidente da Câmara dar “um murro na mesa” e esclarecer com quem de direito o que é para ficar e o que é para sair de Macedo. Relativamente à Zona Industrial referiu que logo na 1.ª ou 2.ª Sessão desta Assembleia Municipal, alertou para o estado vergonhoso em que se encontram os terrenos não ocupados na Zona Industrial e infelizmente ao fim de um ano sabe que estão piores porque nada foi feito. Mas já que a Câmara Municipal tem tempo, pessoal e disponibilidade financeira para limpeza de terrenos particulares não lhes ficava mal limparem aquilo que é do Município.-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para que pudesse responder às questões que lhe foram colocadas. Sobre a intervenção do Deputado Municipal, José Madalena, e às diligências da Comissão de Saúde da qual é coordenador, disse não ter nada a acrescentar.-----

-----Relativamente à intervenção do Deputado Municipal, João Rocha, respondeu que dos restantes Municípios, alguns têm uma dívida à Empresa Águas de Portugal muito superior à do Município de Macedo (Chaves e Lamego), outros já não têm essa dívida porque recorreram ao programa para as Autarquias e pagaram essas dívidas. Quanto ao facto de ser possível detetar as fugas de águas é de facto verdade e a Câmara está a trabalhar nesse sentido, mas quando lhe diz que há mais de 10 anos que existem fugas, gostaria que o Sr. Deputado os ajudasse para a Câmara poder ir lá e resolver essas fugas. No que à saúde diz respeito, concorda com o que o Sr. Deputado disse.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 2.1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c), N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4, DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

-----Pelo excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Disse ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que a CDU pede alguma informação sobre qual é a posição da Câmara

relativamente ao processo em curso de municipalização das Escolas.-----

-----**JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Relativamente à informação escrita que o Sr. Presidente remete à Assembleia Municipal, disse que tem vindo sistematicamente a fazer algumas considerações. E tal como diz o ditado “Dias de muito, vésperas de nada”. Na anterior informação, a informação referente a projetos em execução ou em fase de conclusão era um espaço em branco, mas de repente passados dois meses aparecem uma série de projetos em conclusão, que provavelmente nem tiveram início. Questionou também uma situação que para si era completamente desconhecida, embora saiba que o concelho, felizmente, tem essa valência, que é a questão da apicultura. Pensa que esta, é uma atividade exclusivamente privada, embora haja uma Confraria, ou Associação. Na informação escrita está um projeto em fase de execução chamado Central Meleira de Macedo de Cavaleiros, isto na sua opinião deve ser uma oferta para esta Associação, porque não está a ver a Câmara Municipal a ter uma atividade de Apicultura. Gostaria portanto, que o Sr. Presidente lhe esclarecesse que projeto é este. Relativamente aos projetos em execução, há uma série deles na informação escrita que têm a ver com a eficiência energética. Posto isso, gostaria que lhe fosse mais explicitada esta eficiência energética, porque muitas vezes, isto implica apenas uma mudança de lâmpadas. No que diz respeito a outro assunto, que já na Assembleia Municipal anterior abordou, tem a ver com as atividades relevantes dos representantes do Município, nomeadamente o Executivo. Desde a última sessão da Assembleia Municipal até à presente, passaram 75 dias, e neste intervalo acredita que tenham efetuado muitas diligências, realizadas muitas reuniões e muitas presenças. Questionou o Sr. Presidente relativamente às suas presenças na CCDRN numa série de reuniões, nomeadamente para saber quais os assuntos tratados. Inquirindo se a reunião do dia 09 de Outubro com a CCDRN e o ICNF terá sido referente ao assunto dos limites da construção fora do perímetro urbano. Como todos já devem saber a legislação de proteção contra incêndios exige que haja para construir fora do perímetro urbano, 50 metros de afastamento às extremas para construir qualquer edifício e como também devem saber com o nosso emparcelamento, dificilmente arranjarão 50 terrenos no Concelho de Macedo que cumpram esta imposição, tornando-se isto, um grave entrave à construção. Gostaria que o Sr. Presidente os esclarecesse sobre estas questões.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse ao Deputado Municipal, Sr. Adalberto Fernandes, não saber muito bem o que é a municipalização das escolas, mas que no seu entender, pensa que o Governo estará a fazer um estudo para entregar as escolas às Autarquias, mas por enquanto ainda não sabe de nada em concreto. A sua posição é a de não querer nem escolas, nem auxiliares no domínio da Autarquia.-----

-----Ao Sr. Deputado Municipal, João Rocha, disse em primeiro lugar para não lhe chamar mentiroso, pois é coisa que ele não é. Relativamente à Central Meleira a Associação Montemé como tinha um projeto aprovado no Baixo Sabor necessitava com urgência do projeto dessa Central Meleira e a Câmara mandou-a executar à Associação de Municípios da Terra Quente. Está executado o projeto e está agora em fase de obras. Quanto à eficiência energética



esclareceu não ser só uma troca de lâmpadas, mas que esta eficiência visa também, a substituição de telhados e caixilharias, essencialmente de edifícios que têm amianto. Quanto às reuniões da CCDRN, em todas elas foi tratar de situações pertinentes para a Câmara Municipal.-

-----**PONTO 2.2 – APRESENTAÇÃO DO GEOPARQUE TERRAS DE CAVALEIROS**-----

-----O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou o plenário que para falar sobre este assunto foi convidada a **Dr.ª Elisabete Silva**, que é Técnica Superior do Ministério dos Negócios Estrangeiros, responsável pelo setor da Ciência e da Comissão Nacional da UNESCO, Coordenadora do Fórum Português de Geoparques e nessa qualidade participou na Conferência Anual da Rede Global de Geoparques, que decorreu de 17 a 23 de Setembro no Canadá, onde o Geoparque Terras de Cavaleiros foi reconhecido pela Rede Europeia e Global de Geoparques. Disse ainda que era um prazer ter a Dr.ª Elisabete nesta Assembleia Municipal, agradecendo a sua disponibilidade, tendo de imediato passado a palavra a esta convidada.-----

-----A **Dr.ª ELISABETE SILVA** fez a seguinte intervenção: “ Venho aqui falar de Geoparques, mas para fazer esse enquadramento, para falar e felicitar agora pessoalmente todos os cidadãos que aqui se encontram hoje, da entrada do Geoparque, Terras de Cavaleiros na Rede Global de Geoparques, apoiada pela UNESCO, irei fazer um breve enquadramento que esta Rede foi criada no ano 2000, a Rede Europeia. Entretanto foi evoluindo e passou de 4 Geoparques para muitos mais e neste momento está com cerca de 64 Geoparques esta Rede Temática Europeia, porque o que importa aqui é a Rede Global. Tem 64 Geoparques na Europa em 22 Países e o apoio da UNESCO aos Geoparques inscritos na Rede Global visa sobretudo dar resposta à necessidade de se encontrar um enquadramento que evidencie o valor do património, da terra, das suas paisagens e formações geológicas que são testemunhos da história da vida. A Rede Global foi criada em 2004, coopera com o Centro Património Mundial, uma classificação UNESCO mais ouvida em Portugal e no mundo mas os Geoparques também começam a ganhar esse mesmo estatuto em pé de igualdade e portanto com o Centro do Património Mundial e a Rede das Reservas da Biosfera é também constituída esta Rede Global por 111 Geoparques, neste momento espalhados por 36 países no mundo. O Geoparque, Terras de Cavaleiros veio agora a incorporar o número de Geoparques Portugueses, passamos de 3 para 4, o primeiro foi o Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional que abrange os concelhos de Castelo Branco, Nisa, Oleiros, etc. Depois temos o Geoparque Arouca, muito mais pequeno em termos de território relativamente ao Geoparque Naturtejo, o Geoparque Açores que introduz um outro conceito, nove Ilhas, um Geoparque também uma classificação muito diferente das anteriores que tínhamos na Rede Global e por último, agora o Geoparque, Terras de Cavaleiros. Estes 4 Geoparques pertencem ao Fórum Português de Geoparques, que aqui referiu ainda há pouco o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, da qual eu sou a Coordenadora. Estes 4 territórios têm características muito especiais, específicas e únicas e a chancela UNESCO é o garante dessa excecionalidade, desse valor excepcional, e por outro lado do seu caráter único e é isso que nós também temos que transmitir aos habitantes que aqui habitam, que o facto de terem esta chancela UNESCO significa que foi reconhecido mundialmente o valor excepcional do vosso território, que é de todos nós. O Fórum Português foi

criado pela Comissão Nacional da UNESCO em 2011 e o grande objetivo é a cooperação, é cooperarmos entre nós, os 4 Geoparques neste momento para incentivar também um maior intercâmbio de experiências e definir também condições, métodos e metas de trabalho para o futuro. São membros fundadores os 4 Geoparques e todos aqueles que agora entretanto possam surgir como membros observadores de futuras candidaturas a Geoparques. Temos também a colaborar connosco membros do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) como também do Turismo de Portugal. O próximo grande evento que vamos ter, até para celebrar da melhor forma a entrada de Terras de Cavaleiros como Geoparque iremos fazer em Macedo de Cavaleiros o primeiro encontro dos Foruns Nacionais de Geoparques e esperamos que pelo menos da Região Europa, possam vir o maior número de participantes e quanto aos outros, Asiáticos, Africanos e da América Latina nos possam acompanhar, pelo menos através da Internet. Vamos otimizar este encontro também colando-o exatamente à realização da Feira da Caça e do Turismo. Voltando aqui um pouco atrás, afinal o que é um Geoparque? É importante que cada um de nós interiorize este conceito para que cada um de nós seja embaixador desse mesmo conceito junto de outras pessoas e possa também explicar a quem perguntar, o que é um Geoparque e porque é isso tão importante para Macedo de Cavaleiros? É importante porque um Geoparque acima de tudo não é apenas uma área com património geológico excepcional, pois se assim fosse, se calhar teríamos vários em Portugal. Por outro lado, não é também apenas um pequeno ou simples local de interesse geológico ou uma área vedada para cientistas, nem um parque geológico temático (que poderia acontecer), ou uma área sem o envolvimento da Comunidade Local, e uma área sem uma estratégia de desenvolvimento se não tiver uma estratégia de desenvolvimento isso de certeza absoluta que não é um Geoparque. Então o Geoparque deve, sem dúvida, utilizar o que está na base, o património geológico como ferramenta primária de promoção mas deve, sobretudo, também promover tudo o que aqui decorre no vosso território seja em termos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais, obviamente dando particular enfoco ao património tangível e intangível. Portanto os Geoparques não são só sobre rochas e pedras e cientistas loucos. Tem muito a ver com as pessoas, os Geoparques são também para as pessoas e é crucial que elas se envolvam e para isso acontecer é preciso que as pessoas saibam afinal do que se trata um Geoparque, têm de o conhecer a fundo e cada um de nós tem essa responsabilidade de explicar, para se sentir envolvido e no contexto da Rede Nacional de Geoparques é isto que faz a diferença, a participação da Comunidade tem o potencial de ir para além do mero envolvimento dos parceiros locais no desenvolvimento e na implementação do projeto. Têm de facto de ter as pessoas que aqui habitam a acreditarem neste mesmo projeto. A projeção do património local nas tradições, nos contos, nas canções, no artesanato, tudo isto e toda esta riqueza que este território aqui tem é de facto o grande potencial deste Geoparque e é nisso que deve assentar para estabelecer também relações com outras Comunidades do mundo inteiro. O turista quando aqui chega gosta de vir experimentar a gastronomia, o azeite, as alheiras e outros produtos daqui, aquilo que é único, que é característico, aquilo que de facto marca o Geoparque. É um pré-requisito que todos os Geoparques desenvolvam também programas educativos daí que



também é importante que envolvam as escolas do território e obviamente para consciencializar para o património geológico que aqui existe e em termos de herança natural, cultural e intangível.”-----

-----No final o **Sr. Presidente da Assembleia** reiterou os agradecimentos pela sua presença e pela mensagem que nos trouxe.-----

-----**PONTO 2.3 – DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA**-----

-----O Grupo Parlamentar do PSD apresentou a seguinte proposta que foi designada por Lista A: “Comissão Municipal de Toponímia - Maria Helena Lopes Gonçalves.”-----

-----O Grupo Parlamentar do PS apresentou a seguinte proposta que foi designada por Lista B: “Comissão Municipal de Toponímia - Pedro Fernando Reis Mascarenhas.”-----

-----Procedeu-se à votação por escrutínio secreto.-----

-----Após serem conferidos os votos verificou-se que votaram 60 Deputados Municipais, sendo 1 voto em branco.-----

-----**A lista A obteve 38 votos e a Lista B 21 votos, sendo eleita para integrar a Comissão Municipal de Toponímia a Deputada Municipal proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD, Maria Helena Lopes Gonçalves.**-----

-----**PONTO 2.4 – CONTRIBUTOS DA COMISSÃO PERMANENTE PARA O DEBATE SOBRE O FUTURO DA FEIRA DE S. PEDRO**-----

-----Sobre este assunto o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento ao plenário do Documento elaborado pela Comissão Permanente na sua reunião realizada no dia 03 de Setembro referente aos Contributos da Comissão para o Debate sobre o Futuro da Feira de S. Pedro e que a seguir se transcreve: “1. Apreciação do documento da Câmara Municipal. -

-----A Comissão Permanente analisou o documento “Feira de S. Pedro – uma aposta com futuro”.-----

-----Embora tenha, sem dúvida, o mérito de ter abordado uma temática que merece a atenção e a colaboração de todos, parte do seu conteúdo, designadamente as referências ao modelo de gestão e uma crítica ao profissionalismo da organização, não se compreendem, em face da existência da parceria da Câmara Municipal e da Associação Comercial (ACISMC).-----

-----2. A importância e impacto do certame-----

-----É por todos reconhecida a importância da Feira de S. Pedro, tanto a nível concelhio como regional. A questão é a de saber se é possível e desejável manter o atual modelo de organização, financiamento e avaliação da Feira de S. Pedro, bem como se a Câmara Municipal quer manter-se como financiadora da parte festiva da feira e não tem outros planos para festejar o dia do Município e o período de tempo que o envolve. Claro parece ser que a existência de deficits crónicos nas contas da Feira é inadmissível. Constata-se, também, que o impacto da Feira na economia local pode e deve ainda ser maior e gerar receita superior para os comerciantes e empresários macedenses, introduzindo inovações que possam atrair mais visitantes ao concelho e à feira nos dias dos festejos de S. Pedro.

A intenção da Câmara em lançar as “Festas de S. Pedro”, abarcando várias zonas da cidade para além do recinto tradicional, nelas integrando o certame organizado pela ACISMC (Feira de S. Pedro), merece toda a atenção e apoio, desde que a Feira possa continuar a cumprir os seus objetivos específicos e os critérios de organização das Festas sejam claros e tanto quanto possível consensuais. Nesta ótica, a Comissão Permanente produz as seguintes considerações e propostas, atendendo ao contributo das várias forças partidárias nelas representadas.-----

-----3. Propostas e considerações para o futuro-----

1- Que a Câmara Municipal defina o que quer para os festejos que designou por “Festas da Cidade” e orçamente realisticamente a materialização dos mesmos, com provisão assente em duplo cabimento orçamental e de tesouraria; 2- Que integre totalmente nas ditas Festas da Cidade a componente de festa popular que tem integrado o modelo atual da Feira de S. Pedro e tem sido paga pela Câmara; -----

2- Que assim se separe de forma clara o que é da iniciativa da Câmara e lhe cabe, do que é o campo da ação da ACISMC e cabe na missão estatutária desta;-----

3- Que a Câmara respeite a autonomia da ACISMC, e o papel específico que só a esta associação cabe, na organização, dentro do âmbito de atividade da mesma, da tradicional Feira de S. Pedro, como feira de atividades comerciais, industriais e de serviços, com acento tónico no desenvolvimento económico do concelho com base na agricultura, comércio e turismo;-----

4- Que a Câmara analise o nível de apoio que pode anualmente conceder a ACISMC para esse efeito, na lógica da atribuição de subsídios a instituições de interesse para o Concelho;----

5- Que, aproveitando os conhecimentos adquiridos nos últimos anos pelo pessoal da ACISMC na organização da Feira, possa estabelecer acordo de prestação de serviços com a Associação para apoio por esta à realização das Festas promovidas pela Câmara, contribuindo também dessa forma para o desenvolvimento da importante atividade que cabe a ACISMC;-----

6- Que sejam claramente separados o orçamento, da competência camarária, das Festas da Cidade (integrando Feira Franca e outras atividades) do orçamento da Feira de S. Pedro, da competência da ACISMC;-----

7- Que a CM designe um Presidente da Comissão responsável pelas Festas que quer realizar (que deve estudar os modelos de festas com sucesso noutras cidades e regiões) e defina a comissão executiva a que aquele presidirá;-----

8- Que essa comissão seja responsável pela apresentação das contas relativas ao orçamento do programa preparado para as Festas, com base no montante de receita atribuído no Orçamento aprovado na Câmara Municipal e contemplando também eventuais receitas razoavelmente previsíveis e geradas pelas festas; tudo tendo em conta os normativos que regulam a contratação pública e as competências e instrumentos financeiros e orçamentais que regem o Município;-----

9- Que a Câmara Municipal, depois de pensar as suas Festas e de as orçamentar, integrando o necessário apoio direto e indireto à ACISMC, produza acordo com esta para a realização das



que gostaríamos que se chamassem FESTAS E FEIRA DE S. PEDRO (de Macedo de Cavaleiros), com as várias componentes - com natural relevo para a religiosa - que o tecido social e económico do Concelho espera e merece, honrando o Santo Padroeiro e o dia da Cidade e criando um motivo forte de revitalização do nosso Concelho;-----

10- Que na programação do dia 29 de Junho, feriado municipal e dia do nosso Padroeiro, deva manter-se a importância da componente religiosa, a cargo da Fábrica da Igreja de Macedo de Cavaleiros, livre de perturbação por qualquer outra atividade;-----

11- Que a programação das atividades culturais e desportivas a implementar pela Câmara Municipal, deverá equacionar a possibilidade de terminarem durante a semana em que decorre o certame;-----

12- Que o período da Feira de S. Pedro deva continuar a ser de uma semana, a começar num Sábado;-----

13- Que se pondere o lançamento de uma atividade desportiva com impacto nacional (“Meia Maratona de S.Pedro”/Caminhada por Terras de Cavaleiros”...);-----

14- Que se criem, reconhecendo a força da nossa gastronomia, baseada em produtos de excelência, iniciativas que promovam a sua divulgação e atraiam pessoas ao nosso território, associando as Confrarias (Mel e Javali) e a de Enófilos e Gastrónomos de Trás-os-Montes e Alto Douro e Cozinheiros/Chefes de Cozinha de reconhecido mérito e notoriedade (Justa Nobre, p.ex.);-----

15- Que a Feira Franca anual continue a ser no dia 28 de Junho, integrada nas Festas;-----

16- Que se reavive o “Cortejo Etnográfico” num dos dias do Certame (preferencialmente na tarde de Domingo).-----

-----Nas FESTAS DE S.PEDRO deve, ainda, atender-se ao seguinte:-----

-----Ter a colaboração dos comerciantes e das respetivas lojas com horário alargado de funcionamento; - Que as associações e clubes locais tenham papel próprio e patrocinado, animando as ruas; - Que, como se referiu, se inclua no programa a Feira Franca; - Que haja animação nas esplanadas do centro da cidade; - Que seja garantido o envolvimento da comunidade local na organização e no desenvolvimento das atividades a decorrer na semana das Festas; - Que se envolvam entidades públicas e privadas, associações e coletividades locais fazendo convergir as atividades finais destas para o momento de realização das Festas, de modo a que essas atividades se possam tornar, em ponto importante das mesmas Festas, contribuindo, designadamente para animar os dias de menor frequência, através de atividades apelativas e que tragam pessoas a assistir; - Que se dinamizem ações desportivas, de convívio e de celebração ao longo da semana: Torneios de futebol; Ciclismo; Atletismo; Jogos tradicionais; Outras modalidades desportivas; Festival de música; Animação de rua;-----

-----*As sugestões apresentadas, e outras que venham a sê-lo, deverão ser objeto, tanto quanto possível, de consenso entre comerciantes, autarquia e forças políticas, após discussão alargada.*-----

-----4. A colaboração com a ACISMC-----

-----Quanto à ACISCM, a Comissão Permanente recomenda:-----

-----Que seja revisto o protocolo existente entre as duas instituições, de modo a produzir já efeitos no próximo ano, devendo considerar-se nessa revisão, designadamente, os aspetos seguintes: - Que a ACISMC seja responsável, como até hoje, pela organização da Feira de S. Pedro, dentro do seu âmbito estatutário, ficando desligada diretamente da organização das Festas, e que, sempre que receba contribuições materiais da Câmara para esse efeito, seja avaliada quanto aos critérios e resultados do uso desses meios públicos, com publicitação de tal avaliação e prestação de contas. - Que a Câmara Municipal esteja presente no recinto da Feira com pavilhão condigno onde, com o chapéu do Geoparque, se dêem a conhecer todas as componentes importantes da vida e economia concelhias, com relevo para as atividades produtivas, de turismo e serviços. - Que seja considerada prioritária a tentativa de trazer expositores das regiões de Espanha vizinhas, da Galiza, a Castela Leão. - Que se estabeleçam laços comerciais com a comunidade emigrante, nomeadamente ligada ao mundo empresarial, pois são imensos os emigrantes que hoje têm as suas empresas nos cinco continentes; - Que o aluguer dos bares, tasquinhas e restaurantes obedeam a critérios transparentes e públicos; - Que se use a experiência da ACISMC na organização das Feiras anteriores através de contrato de prestação de serviços entre a Câmara e a Associação.-----

-----5. Internacionalização do certame-----

-----Numa altura em que partilhamos o espaço europeu é urgente a busca de novos mercados e oportunidades de negócio. Torna-se, por isso, imprescindível a necessidade de alargar o espaço de recrutamento de expositores, devendo privilegiar-se as regiões vizinhas da Galiza e de Castela e Leão. A internacionalização do certame deve ser uma das prioridades dos organizadores. Devem merecer especial atenção as normas do Novo Quadro Comunitário como fonte de receita e de abertura de novas oportunidades. VOTAÇÃO: O documento foi aprovado por maioria, com abstenção dos dois representantes do PS, que apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os representantes do Partido Socialista de Macedo de Cavaleiros, (Celina Martins, enquanto porta voz da bancada do PS e Manuel Mico representante dos Presidentes das Freguesias do PS) abstiveram-se na votação do documento elaborado na Comissão Permanente sobre os contributos para o debate sobre o futuro da Feira de São Pedro, uma vez que o Partido Socialista entende que esta Comissão não pode, em caso algum, substituir-se a quem realmente tem a responsabilidade de governar o nosso concelho: o executivo camarário. O Partido Socialista de Macedo de Cavaleiros não participa nem compactua com atitudes desrespeitadoras para com instituições da nossa terra. Esperamos sinceramente que o Município, na pessoa do seu Presidente, consiga, para bem de todos os macedenses, manter uma boa relação institucional com a ACISMC e que dessa relação venha a sair uma base de trabalho, para que, em conjunto, se prepare o futuro da Feira de S. Pedro e/ou Festas da Cidade com a responsabilidade e a dignidade que o concelho merece. Aguardamos assim que o executivo reúna com a ACISMC e que dessa reunião resulte a elaboração de um documento estratégico que o Partido Socialista terá todo o gosto em apreciar e eventualmente dar contributos que o possam melhorar.”-----

-----**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Disse que sobre este ponto não



percebeu se o mesmo foi retirado ou não e porque não houve direito a que os membros da Assembleia Municipal se pudessem pronunciar sobre o assunto. Disse ainda que se as coisas são feitas pela Comissão Permanente e os restantes eleitos da Assembleia não se pronunciam então qualquer dia a Comissão Permanente que trate de tudo.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** respondeu ao Deputado Municipal, Pedro Mascarenhas, referindo que quando anunciou este ponto tinha sido claro, ou seja, tinha informado que o documento que saiu da reunião tinha sido distribuído a todos os Deputados Municipais para saberem dos contributos que a Comissão Permanente tinha dado perante a opinião que lhes foi pedida.-----

-----**PONTO 2.5 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 2014.10.30, que se transcreve: “PROPOSTA DE ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2015-----

-----Começou por usar da palavra o Sr. Presidente da Câmara fazendo uma explanação do documento: “*A elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015 obedeceu à adaptação a uma conjuntura onde o tecido social e empresarial convive ainda com a incerteza originada pelo período de recessão económica que temos atravessado.*-----

-----*É competência do Poder Local amenizar a instabilidade que as populações ainda sentem. Em simultâneo, cabe-lhe criar e estimular as condições que assegurem as perspetivas de um amanhã, assente no desenvolvimento económico e social, que devolva a confiança às famílias. O Orçamento 2015 é o reflexo dessa nossa dupla responsabilidade.*-----

-----*Pretendemos seguir as bases de um desenvolvimento sustentável, mantendo os princípios da consolidação orçamental, bem refletida nos documentos constantes do Orçamento 2015, e assegurando uma gestão rigorosa dos recursos do município. Este é um orçamento vocacionado para as pessoas, tal como defendemos desde o início do mandato.*-----

-----*Damos prioridade ao investimento na educação e na dinamização cultural, social e desportiva. Queremos dar seguimento aos apoios sociais que implementámos no decurso do último ano, imprimindo-lhes um âmbito social mais alargado, nomeadamente no que à população mais idosa diz respeito. As infraestruturas de proteção civil absorverão uma fatia substancial do investimento, com a execução da Base de Apoio Logístico e do Circuito de Condução Defensiva, da Unidade Local de Formação de Bombeiros. Este será um investimento cujo retorno terá proveniência na importância que Macedo de Cavaleiros assumirá no âmbito da Proteção Civil, bem como na dinâmica que trará à nossa cidade.*-----

-----*Esta é uma fase de transição, correspondente ao período que medeia entre o término do anterior Quadro Comunitário e o início efetivo do próximo, com os efeitos visíveis que daí advêm em termos de diminuição de investimento. O Orçamento agora apresentado verá refletidos os investimentos que porventura resultem da definição dos regulamentos específicos para cada um dos eixos prioritários constantes do “Norte 2020”.-----*

-----Por outro lado, é de todos conhecido o processo de verticalização do setor das águas. A previsível concretização do acordo estabelecido com a AdTMAD (Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro) produzirá efeitos nas definições das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015.-----

-----Os documentos agora entregues para apreciação podem, pelos motivos anteriormente apresentados, ser passíveis de alteração. Contudo, as linhas que orientaram a elaboração deste Orçamento 2015 manter-se-ão rigorosas. Foi o mesmo rigor que, conduzindo à consolidação orçamental, nos permite a manutenção das taxas mínimas de IMI, assim como propor nova redução da participação variável no IRS, ao mesmo tempo que é mantida a não aplicação da derrama. Estas medidas apenas são possíveis porque optámos pela recuperação financeira através de meios próprios, sem o recurso a programas de apoio financeiro externos, opção que nos tornaria reféns dos condicionalismos pelos mesmos impostos”.-----

-----O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto agradeceu o envio dos documentos que solicitou em formato Excel, que lhe permitirão uma análise e uma avaliação mais pormenorizada sobre aquilo que seriam as dúvidas das grandes rubricas. Hoje de manhã receberam um esclarecimento relativamente a algumas situações que foram colocadas.-----

-----Mais disse que os documentos enviados são elucidativos e há uma desvantagem, neste momento terminaram muitas rubricas residuais com valor muito grande do género *outros outros*. Muitos valores não terão um encaixe diferente que não seja este.-----

-----Mais disse que nas despesas correntes aquilo que se nota é que são as despesas que têm vindo a ser verificadas nos últimos exercícios. Referiu também que foi aqui no ano passado alertado por eles e dado estar em período de contenção que na questão da prestação de fornecimento e serviços externos, nomeadamente na aquisição de alguns bens e serviços que era muito importante que se tentasse reduzir, pois sabe que por vezes é difícil, no entanto se não for feito um esforço nesse sentido, então é que não será possível obter qualquer economia.-----

-----Fez referência à questão da eficiência energética dando nota que relativamente ao ano de 2013 e 2014 não houve poupança. Era bom que existisse um esforço nesse sentido e se entretanto já foram tomadas algumas medidas, então, elas têm que vir refletidas no documento, o que não se verifica.-----

-----Nas despesas, uma das rubricas que aparece são encargos com instalações no valor de 315.000€, foi-lhes respondido que este valor diz respeito ao fornecimento de eletricidade para edifícios e instalações. No entanto disse que tendo uma rubrica especificamente de energia elétrica, como é que aparecem ainda mais os 315.000€ no código 020201 em encargos de instalações, isto ainda agrava muito mais aquilo que é os consumos de energia e não entende porque é que não está na mesma rubrica, com certeza que devem ter uma explicação técnica, mas de qualquer das formas ainda torna essa questão mais premente de ser preocupante no sentido de que o valor tem alguma expressão.-----

-----Também há outros bens e serviços que a Câmara adquire em que os valores são muito idênticos ou os mesmos dos anos anteriores onde não se nota que da parte da Autarquia à



semelhança do que deveria acontecer e pensa que é o que está a acontecer com a Administração Central onde existem regras muito rigorosas com o objetivo de reduções na ordem dos 15%, em alguns ministérios é impossível, no entanto devemos fazer todo o esforço nesse sentido. Disse que na despesa corrente este plano não traduz isso, mas sim, apenas e só, valores da mesma ordem de grandeza daqueles que existem nas contas anteriores, ou seja, não se prevê que haja aqui economia.-----

-----Aparece um valor de cerca de 200.000€ nas taxas de disponibilidade e segundo a informação que foi dada, isto prevê-se que seja um valor para quatro meses, ou seja o Sr. Presidente prevê no final de quatro meses ter a questão da verticalização resolvida. A questão que se coloca aqui é se a Câmara tem um Plano e Orçamento que deverá verter aquilo que é a nossa previsão, mas com aquilo que é hoje a realidade ou da documentação ou daquilo que está neste momento protocolado. O que lhe parece mais correto era que a Câmara hoje tivesse um Orçamento que tinha a ver com aquilo que é hoje a nossa realidade e se no mês de abril ou de maio a realidade fosse alterada e se fosse alterada significativamente, então, o Sr. Presidente da Câmara traria à reunião uma proposta de revisão do Orçamento, este seria o caminho a seguir. Quanto a este valor provisional 2.300.000€ que está na receita, parece-lhe que à semelhança daquilo que o POCAL diz para taxas e impostos e leu: *“a elaboração do orçamento das Autarquias Locais deve-se obedecer às seguintes regras provisionais: as importâncias relativas aos impostos taxas e tarifas a inscrever no Orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos vinte e quatro meses que precedem o mês da sua elaboração exceto no que respeita a receitas novas ou à atualização de impostos, bem como de regulamentos de taxas e tarifas que já tenham sido objeto de deliberação, devendo-se então juntar ao Orçamento o estudo ou análise técnicas elaboradas para determinação dos seus montantes”*, perante isto perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tem algum documento que neste momento dê suporte com alguma consistência que efetivamente a previsão da receita de 2.300.000€ está sustentada, confortável e se poderá vir a ser diferente, na sua opinião o exercício deveria ser ao contrário, devia ter um orçamento daquilo que é agora e quando fosse preciso, efetuar uma revisão. A ser assim perguntou se a Câmara tem este valor protocolado e suportado nalgum documento que possa servir de base perante o Executivo e a própria Assembleia.-----

-----Relativamente a este assunto o Sr. Presidente da Câmara informou que tem um estudo económico ou financeiro que lhe vai ser enviado e que vai sustentar este valor, atualmente não tem, neste momento estão a trabalhar na base da confiança como sempre trabalharam. Este documento ainda é provisional.-----

-----O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto disse ainda que na última reunião de Câmara entregaram uma proposta que, de certa forma, deu logo a indicação de qual era o sentido dos Vereadores do PS.-----

-----O que se coloca aqui é: pressupõe-se aqui que o arrendamento geral e global para toda a concessão das infraestruturas em baixa tem um valor de 2.300.000€, valor este que não foi questionado.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara informou que este é renda de 5% ao ano, durante o prazo da concessão. É o valor que antecipado daria esse montante.-----

-----O Sr. Vereador Fernando Rui perguntou se é vantajoso à Câmara a antecipação do valor da totalidade, por isso pressupõe que em 2015 seja feita toda a antecipação do valor.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara informou que estão a negociar este montante para um valor superior.-----

-----O Sr. Vereador Fernando Rui disse que o melhor Orçamento seria aquilo que a Câmara tem hoje e na altura em que o Sr. Presidente da Câmara tivesse uma minuta daquilo que se pretendia vir a assinar, então nessa altura fazia-se uma revisão ao Orçamento, isto era o mais correto.-----

-----Aparece no documento que o valor da água, rubrica 0202255 água e saneamento, refletisse o real consumo e também fala num acordo de pagamento no valor de 1.575.000€ de prestações de 2015, pergunta onde está o acordo, uma vez que não tiveram conhecimento do mesmo.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que foram entregues todos os acordos aos Srs. Vereadores.-----

-----O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto perguntou também qual a razão de ainda estar no Orçamento a rubrica com o valor de 150.000€ referente à Zona Industrial.-----

-----O Sr. Presidente informou que estão a lançar a obra, é uma parte da obra que diz respeito à pavimentação daquilo que foi feito. Convém manter o mesmo número de rúbrica.-----

-----No Plano e Orçamento o Sr. Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz fez referência à rubrica de pavimentos urbanísticos nos projetos e levantamentos topográficos, dizendo que em termos de projetos não têm um único orçamentado.-----

-----Relativamente a esta questão o Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara está a trabalhar com a Associação de Municípios que tem um gabinete de projetistas que trabalha para as cinco Autarquias. Também a Câmara criou um gabinete de estudo e projetos que fazem os projetos. Na próxima Assembleia Municipal vão os projetos que estão a ser executados, outros trabalhados e outros já no final.-----

-----Ainda no Orçamento o Sr. Vereador Rui Vaz disse que aparece uma rubrica nova que pelos vistos será de um projeto que já estará a ser implementado, que tem a ver com um parque radical, junto ao Centro Cultural.-----

-----A esta questão o Sr. Presidente informou que estas obras estão a ser feitas pelo pessoal da Câmara Municipal, ao que o Sr. Vereador Rui Vaz disse que era pouco delicado da parte da Câmara estar a implementar um projeto e não lhes ter dado conhecimento e perguntou também se o projeto vai colidir com aquilo que estava definido para aquele espaço, que era a construção da Biblioteca Municipal e Arquivo.-----

O Sr. Presidente informou que não ia ser construída a Biblioteca neste espaço, mas na altura, quando este assunto veio a reunião de Câmara, o Sr. Vereador Rui Vaz era contra a construção da Biblioteca neste espaço.-----

-----Na rubrica aquisição de terrenos aparecem 5.000€ na verba atribuída, o **Sr. Vereador**



Rui Manuel Rodrigues Vaz perguntou o caso das últimas aquisições que foram feitas e que estarão de forma já ressalvadas nomeadamente o caso Sr. Manuel Oliveira, do Sr. Luís Vaz, Carlos Moreira, ao que o Sr. Presidente respondeu que o caso Manuel Oliveira e Carlos Moreira estão resolvidos.-----

-----**O Sr. Vereador** disse ainda que este documento limpa uma situação de sempre referente a verbas atribuídas às juntas de freguesia. Mas há aqui uma questão que se põe que é a criação de um valor, fala-se num regulamento e também aqui entende que seria bom que a Câmara tivesse feito um regulamento e em função desse que a verba estivesse já incluída para que se possa perceber que política vai ser esta no que diz respeito ao investimento nas freguesias.-----

-----Sobre este assunto o **Sr. Presidente da Câmara** informou que falou com os Srs. Presidentes da Junta e comunicou-lhes que iriam fazer um regulamento. Neste momento está esboçado, tem critérios, não definem montantes, porque estão ainda a colocá-lo exequível de forma a vir à reunião de câmara para depois ser aprovado e com sugestões que possam ser dadas e quanto ao montante será definido por toda a gente para esse bolo. Disse ainda que as juntas de freguesia devem também cofinanciar aqueles projetos que elas querem nas suas freguesias ou seja, como a Câmara vai aos fundos comunitários e temos que ter uma pequena percentagem, também as juntas de freguesia devem ter essa pequena percentagem. Mais disse que as obras estruturais são da responsabilidade da Câmara Municipal e aqueles pequenos arranjos que as juntas gostam de fazer, então, será de uma candidatura que a junta de freguesia terá que cofinanciar. Ponderam também fazer o mesmo às Associações com um regulamento que depois o Executivo terá conhecimento quando estiver na fase final.-----

-----Seguidamente, o **Sr. Vereador Rui Jorge da Silva Costa** relativamente à dúvida dos 315.000€ e dos 650.000€ informou que em termos gerais a dotação 2014/2015 nesta rubrica positivas e negativas em algumas delas traduz-se na diferença de água e saneamento e verticalização, e dentro do timing em que ela aconteça com o tal mínimo previsto 2.300.000, o timing vai influenciar nestas despesas e a grande componente delas. Portanto esta redução desta dotação no qual elas possam libertar vai influenciar se for em janeiro, em abril ou em junho do próximo ano, existindo custos associados.-----

-----Seguidamente os Srs. Vereadores do PS apresentaram a seguinte Declaração de Voto que se transcreve: *“Este é manifestamente um documento que tem na reparação das asneiras do passado a sua grande marca. A maior de todas, a dívida do município, que tendo aumentado astronomicamente ao longo de anos, nos últimos e por imperativos legais tem vindo a ser diminuída, implicando uma forte penalização no investimento.*-----

-----*Outra marca notória é a definitiva assunção de dívida, nomeadamente às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, sucessivamente ocultada em anteriores documentos e sendo agora, parte dela, incluída neste Orçamento. Como fomos dizendo e agora se pode constatar, mentiram-nos nesta matéria ao longo de anos.*-----

-----*Ao nível das Despesas de Capital, 2015 é seguramente, senão o pior, um dos piores anos de sempre, o que reflete bem o que nos reserva o futuro próximo no que concerne ao*

investimento.-----
-----De referir ainda que o documento, ao nível do valor previsional da receita engloba uma verba de rendas de 2.300.000 €, relativas à entrega da exploração da água à empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, que não se encontra ainda protocolada, nem tem o suporte de qualquer deliberação do executivo e respetiva aprovação da Assembleia Municipal, o que se exige. Saliente-se para o facto de que, se esta situação vier a ter desenvolvimentos diferentes, quer nos montantes, quer nos prazos, o Plano e Orçamento do ano de 2015 fica completamente subvertido, colocando em grave risco o seu cumprimento.-----
-----Foram bandeira durante anos obras importantes para o concelho, algumas em particular para a cidade, obras com projetos executados e que custaram muito dinheiro ao município, das quais se destacam a Circular à Cidade, o Parque Urbano da Cidade, a Central de Camionagem, a Biblioteca/Arquivo Municipal, o Campo de Golfe no Azibo, a ligação de Macedo ao Azibo por Vale Prados, bem como a construção de um Parque de Campismo. É notório neste documento que todas elas foram definitivamente postas de lado. Não só não constam no documento como obras dotadas financeiramente como também nem uma mera rubrica aberta, na expectativa de poderem vir a ser candidatas.-----
-----Muitas expectativas têm V. Exas. vindo a colocar em áreas tão importantes como o desenvolvimento económico, em particular com apostas no turismo e no apoio e fomento empresarial. Olhando o documento no que a estas áreas diz respeito, em particular aos recursos que a elas são afetos, só podemos dizer que ainda não é em 2015 que este nosso concelho conhecerá uma viragem rumo ao almejado desenvolvimento.-----
-----É um documento pobre, é um documento que mais uma vez reflete uma imensa falta de arrojo, de coragem, de estratégia e de empenhamento para fazer deste concelho e desta cidade aquilo que já um dia os macedenses sonharam.-----
-----Porque em relação aos vereadores do Partido Socialista já foi manifesta alguma vontade de mudar teimosias do passado, nomeadamente com o prazo de entrega dos documentos, porque é já manifesta uma intenção de fazer deles documentos de verdade, que reflitam previsões assentes em dados reais e verdadeiros, embora não se revendo nesta visão redutora e pouco ambiciosa de enfrentar o futuro, os vereadores do Partido Socialista abstêm-se na sua votação”.-----
-----Relativamente a esta declaração de voto o Sr. Presidente da Câmara disse: “Nós temos os investimentos pensados e sabemos perfeitamente aquilo que queremos para o Concelho, não os temos é aqui plasmados, porque conhecemos os programas operacionais mas não conhecemos os seus regulamentos. Por isso é inútil nós termos aqui alguns investimentos com 1€ como se fez no passado, por isso dizemos e continuamos a dizer que este é um Orçamento de rigor, tem transparência e não queremos repetir erros tal como disse, do passado. Quando forem necessários nós colocaremos os projetos em orçamento e plano para que depois possam ser dotados e com dotações já bem definidas e já bem conhecidas de toda a gente”.-----
-----DELIBERAÇÃO: Após análise do documento a Câmara Municipal por maioria de quatro



votos a favor do Sr. Presidente e Vice-Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores Maria Helena Rodrigues Magalhães e Rui Jorge da Silva Costa e três abstenções dos Srs. Vereadores Rui Manuel Rodrigues Vaz, Fernando Rui Castanheira Pinto e Maria Manuela dos Santos, deliberou aprovar a proposta de Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2015.-----
-----Mais foi deliberado submeter a proposta à Assembleia Municipal para cumprimento dos efeitos previstos na alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro.”-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse que é submetida a esta Assembleia Municipal a proposta de Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2015, aprovada em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 30 de outubro, com 4 votos a favor e 3 abstenções.-----

-----A sua aprovação pelo órgão executivo é o reflexo de uma responsável adaptação a um contexto onde permanece ainda alguma incerteza, aí tendo enquadramento a fase de transição entre o anterior Quadro Comunitário e o próximo. Somos conscientes da instabilidade ainda sentida pelas famílias e pelo tecido empresarial. Em simultâneo, temos perfeita noção das limitações impostas pelo contexto atrás mencionado. A proposta aqui apresentada é o espelho da conjugação de ambos os fatores, aliado à responsabilidade de criar estímulos tendentes ao desenvolvimento económico e social, à certeza de um amanhã em que o caminho da confiança das famílias saia reforçado. O rumo está expresso nos documentos agora apresentados, baseados no equilíbrio entre a consolidação orçamental e o desenvolvimento sustentável. Apostamos, prioritariamente, na educação e na dinamização cultural, social e desportiva. Pretendemos ser mais abrangentes no apoio social, particularmente no que à população mais idosa respeita. Mantemos a opção de estar vocacionados para as pessoas, não esquecendo o investimento em infraestruturas. A execução da Base de Apoio Logístico e do Circuito de Condução Defensiva da Unidade Local de Formação de Bombeiros é disso exemplo. Este é um orçamento pautado pelo rigor. Será esse mesmo rigor que nos conduzirá na eventualidade da previsível concretização do acordo estabelecido com a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e nas consequentes alterações ao Orçamento. Após o parecer favorável para a “fusão em alta”, o primeiro trimestre de 2015 poderá trazer o acordo respeitante à “verticalização”. Fica em aberto, no entanto, a possibilidade de o mesmo não se concretizar. Esta hipótese, a confirmar-se, terá como natural resultado a elaboração de uma proposta para um novo acordo.-

-----Como é visível na informação distribuída, antecipamos os naturais efeitos advindos da definição dos regulamentos específicos para cada um dos eixos prioritários do “Norte 2020”, procedendo, desde já, à elaboração de projetos no mesmo, integráveis. A diminuição de investimento visível nos documentos do Plano e Orçamento, e resultante da anteriormente aludida fase de transição, sofrerá uma reversão por cada concretização das candidaturas a apresentar aos Fundos Comunitários. Logicamente, o Orçamento verá refletido o investimento daí resultante. Ainda que na dependência dos condicionalismos impostos pelas indefinições do “Norte 2020”, que poderão levar a posteriores modificações, este é um Orçamento baseado no

rigor da consolidação orçamental, facto que permitiu contemplar a manutenção das taxas mínimas de IMI ou a redução da participação variável no IRS. Ambas são o reflexo de uma escrupulosa recuperação financeira ao abrigo de meios próprios, sem o recurso ao apoio de programas financeiros externos.-----

-----Pelo mesmo rigor, e porque nos baseamos na realidade e na transparência, neste Orçamento estão ausentes as rubricas de investimento que contemplavam valores irrisórios como 1 €. Á posteriori, e na viabilização dos projetos a apresentar aos Fundos Comunitários, os valores que constarão no Orçamento terão correspondência com números reais. Este é o caminho que pretendemos continuar a trilhar, a bem de um amanhã melhor para o nosso concelho e para as nossas gentes.”-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Disse que após ter analisado a ata do Executivo Municipal de 30.10.2014, onde o Sr. Presidente da Câmara refere que será um Orçamento de consolidação orçamental e que será assegurada uma gestão rigorosa dos recursos do Município. É, portanto um orçamento do ano zero, há uma forte diminuição no investimento sendo uma exceção a execução da base de apoio logístico e de circuito de conceção defensiva da unidade local de formação de bombeiros, com o qual o PS está de acordo pois será bom para a cidade e para o concelho. No resumo tem a educação, a área desportiva, o planeamento urbanístico desce, tal como a rede viária e o ambiente também. Olhando para este orçamento podemos ver que estão programados 3,5 milhões de euros e que 5 milhões de euros estão por definir. “É uma fase de transição”, diz o Sr. Presidente da Câmara, mas é necessário que existam ideias para o concelho e que haja um rumo definido, saber também o que querem e no documento não se consegue ver e já deviam estar definidas as prioridades da Câmara. Disse que têm assim um orçamento para ir andando e no próximo ano logo se verá. É verdade que os tempos são difíceis e que foi feito um esforço para baixar o passivo e veremos se foi só nas Instituições bancárias ou se com os fornecedores também se está a passar o mesmo. Gostaria também que o Sr. Presidente dissesse qual é em média o número de dias que a Câmara demora a pagar aos seus fornecedores. Relativamente ao processo de verticalização das Águas diz o Sr. Presidente da Câmara na ata de 30.10.2014, que é previsível o acordo estabelecido com a Empresa Águas de Trás-os-Montes, mas já foi inscrito no orçamento, como rendas, uma receita no valor de dois milhões e trezentos mil euros, por isso pergunta se estas rendas já estão protocoladas, e se estão, por que motivo esta Assembleia não se pronunciou sobre esta questão e o mesmo pergunta sobre a despesa de água e saneamento no valor de quatro milhões e cento e oitenta mil euros, e supõe que com a despesa de água já esteja aqui incluído também o acordo para a Câmara pagar os seis milhões de euros que tem em dívida. Há também uma verba geral para as Freguesias e pergunta se já vai ser dirigida com o novo modelo que lhes foi apresentado ou se ainda vai ser como nos anos anteriores. Referiu também que o PS está de acordo com a manutenção das taxas mínimas do IMI, bem como com a redução da participação variável no IRS. Isto é bom mas temos de ter gente em Macedo para que isso seja possível.-----



Em resumo, referiu que o orçamento deve obedecer às regras que a Lei determina e relativamente à questão da água, não está claro, nem a receita, nem a despesa e que a bancada do PS vai abster-se neste ponto porque apesar de estar de acordo com a consolidação orçamental, pois tal defendeu no ano atrás nas eleições, só assim se podem lançar sementes para o desenvolvimento desta terra e deste concelho, e essas sementes não são visíveis neste orçamento, nem tão pouco a definição delas. Disse que querem semear, que comece do zero, mas têm de definir o que querem.-----

-----**HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD)** – Disse que este documento de Opções do Plano e Orçamento é muito idêntico ao do ano anterior, pois os valores são idênticos, (17 milhões de euros), mas pelo que viu assenta em três pontos essenciais que é a consolidação orçamental, a baixa de impostos e a diminuição da dívida, também. Isto em termos de valores, 85% estão para despesas correntes e 15% para as despesas de capital. Todos sabem a fase difícil que o País está a atravessar e o investimento para o ano de 2015 não se prevê que seja fácil. Referiu ainda que se congratula com a descida de impostos nomeadamente do IMI e da participação do IRS e a não aplicação do lançamento de Derramas, o que é bom para as Empresas e em consequência para as famílias também. Na diminuição da dívida é evidente que a mesma tem de diminuir até porque esta é uma imposição governamental e é bom que a Câmara Municipal neste aspeto a cumpra.-----

-----Relativamente ao orçamento, ele assenta no desenvolvimento económico e social e assegura uma gestão rigorosa, dá prioridade ao investimento na educação e à dinamização social e cultural. No que diz respeito às Freguesias vão aguardar pelas respetivas verbas para o ano de 2015 e disse votar favoravelmente este orçamento por ser positivo para as famílias e para as empresas.-----

-----**JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Disse que mediante uma análise generalizada do documento dá para perceber que é um orçamento que consubstancia a política do Governo Nacional. De austeridade onde a principal preocupação é a consolidação das finanças locais e aquilo que lhe dá a entender é que estão a hipotecar o futuro, porque quando não têm qualquer linha orientadora de investimento ou para onde querem levar o concelho muito provavelmente quem tem ideias de investir muito provavelmente irá procurar outras situações já definidas, porque este documento tem também a funcionalidade de indicar o caminho para onde podem ir e por mais voltas que se deia a este documento não conseguem perceber para onde podem ir. Referiu que o exemplo disto são dois investimentos inscritos no orçamento, um deles é a pista para condução defensiva e a construção da base logística que são dois investimentos que nasceram há menos de seis meses não consubstanciando portanto um caminho; aparecem porque foi uma oportunidade que apareceu e que agarraram mas, não têm um documento com uma linha orientadora para quem pretender investir no concelho de Macedo, é muito grave porque se começarem a analisar aquilo que se está a passar no Distrito certamente poderão aperceber-se que os concelhos vizinhos que pertencem ao campeonato para o qual Macedo desceu, começam já a ser mais atrativos que o nosso concelho e basta ver a implantação de algumas Unidades noutros concelhos, que Macedo tem estado a abandonar

e vai continuar a abandonar. Podemos dizer que este é o ano zero e o da limpeza das contas e que provavelmente no próximo ano e nos anos seguintes isso vai aparecer, mas muito provavelmente já não vão ter “doente” para curar, porque ele entretanto já morreu, pois quando já não tiverem gente em Macedo não vale a pena estarem a querer investir cá, porque já não vai haver cá ninguém.-----

-----Mais grave ainda, neste documento é no final da ata da reunião da Câmara Municipal onde foi aprovado o Orçamento, quando o Sr. Presidente diz que “...nós temos os investimentos pensados e sabemos perfeitamente aquilo queremos para o concelho, não os temos é aqui plasmados...”, isto nos tempos que correm e com a questão da transparência parece bastante opaco, pois soa a “sabemos nós, e sabem os nossos amigos, porque não é do conhecimento geral”. Disse ao Sr. Presidente da Câmara que no seu entender estas situações têm de ter o devido tratamento, têm de ser transparentes e não podem de forma nenhuma ser tratadas de forma ligeira. O documento é fraco e não aponta para lado nenhum.-----

-----**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Queremos desde já enaltecer o facto desta proposta de orçamento e opções do plano para o ano de 2015 estar alinhada com os princípios de governação que este Executivo definiu como estratégicos para o concelho durante este mandato. Orientado para a consolidação orçamental orientado para as pessoas, quer no apoio aos mais carenciados, quer no apoio aos mais idosos bem como na acomodação orçamental das medidas conducentes à menor carga fiscal dos contribuintes do nosso concelho. Não podemos deixar de realçar a consistente diminuição da dívida financeira que em linha com os últimos anos apresenta uma diminuição para o próximo ano, da qual resulta uma conseqüente diminuição dos encargos financeiros, por outro lado não podemos deixar de referir a alteração de paradigma patente neste orçamento no que diz respeito aos investimentos nas freguesias, colocando-as em pé de igualdade quer no desenvolvimento de obras estruturais que serão da responsabilidade da Câmara Municipal, quer nos pequenos projetos de mote próprio das freguesias, que passarão a dispor de regras bem definidas para a sua candidatura e implementação.-----

-----Relativamente a obras e projetos, vozes se levantaram como foi o caso, hoje aqui do Sr. Deputado João Rocha, naturalmente que outras se levantarão para dirigir críticas a este documento por este não fazer referência ou dotar certas e determinadas obras e determinados investimentos que ao longo dos anos se foram perpetuando nos diversos orçamentos obviamente apelidado de pouco audaz e ambicioso. Certo é que não podemos pretender o melhor de dois mundos se realisticamente e de forma transparente queremos olhar para o nosso concelho, porque uma coisa é certa, ou pretendemos uma rota de consolidação orçamental das contas públicas, implementando os grandes projetos com dotações de Fundos Comunitários, ou à medida que as contas da Autarquia o vão permitindo ou queremos continuar a manter a ilusão de hipotéticos investimentos que, ou não são implementados ou o são à custa de fortes endividamentos que comprometerão inevitavelmente os orçamentos vindouros. Como diz a sabedoria popular - não podemos querer sol na eira e a chuva no nabal. Não podemos assim deixar de realçar a transparência do orçamento apresentado que não



mereceu votos contra de nenhum dos Srs. Vereadores na reunião de Câmara a que o mesmo foi submetido à discussão e aprovação, neste sentido os Deputados do PSD e do CDS votarão favoravelmente o presente orçamento e opções do Plano para 2015.”-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse ao Sr. Presidente da Junta, Manuel Mico que tinham iniciado a sessão desta Assembleia Municipal com o objetivo estratégico da Câmara Municipal, que é o Turismo e é para aí que caminham e é para isso que estão a trabalhar. Já tiveram dois selos, há 11 anos têm as bandeiras azuis nas praias fluviais, têm bandeiras de acessibilidade e uma praia que é uma das sete maravilhas do País, única a Norte do Rio Tejo e têm agora o Geoparque, que foi conquistado e que é um dos 4 que o País tem, não pode portanto haver melhor objetivo estratégico do que este, e não está plasmado o Plano. Ao Sr. Deputado Municipal João Rocha disse que além da consolidação orçamental que querem fazer o objetivo é o turismo, não se esquecendo a Câmara de alguns problemas que têm para resolver, como é o caso da Zona Industrial, pois querem que ela tenha indústrias e que venham ainda mais para cá. A média de dias de pagamento aos fornecedores, sem as águas é de 50 dias, pensa portanto que estão dentro dos valores normais de pagamento. O acordo de pagamento dos 4 milhões de euros que o Sr. Deputado referiu, virá a uma Assembleia a adesão a este acordo. Nas obras para as freguesias é uma rubrica genérica para obras municipais onde estão incluídas as freguesias.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Depois de devidamente apreciado o documento a Assembleia Municipal por maioria com 40 votos a favor, 1 voto contra do Deputado Municipal, Adalberto Fernandes e 19 abstenções dos Deputados Municipais, Celina Martins, Pedro Mascarenhas, João Rocha, Carla Palhau, Inácia Ferreirinha, Maria José Lima, Manuel Carvalho, Susana Viana, Ana Lúcia Fernandes, Armando Carrazedo, António Pinto dos Santos, José Mascarenhas, Inácio Roma, António Oliveira, Fernando Gomes, Manuel Mico, João Alves, Luís Batista e Adelaide Baptista, deliberou aprovar as Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015.**-----

-----**Fez declaração de voto:**-----

-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – “A CDU vota contra a proposta de Orçamento para 2015 porque em primeiro lugar não fomos tidos nem achados na construção deste documento. Depois este é um orçamento que não promove nem visa dinamizar a atividade económica do concelho, na medida em que mantém uma pesada carga fiscal sobre os munícipes e sobre as pequenas empresas. Não promove a criação de emprego nem a fixação das populações, nomeadamente da juventude. Mas também porque, como o Sr. Presidente assume, é um orçamento construído a pensar na verticalização do sistema de abastecimento de água, que é a mesma coisa que dizer que está de acordo com o processo em curso de fusão de sistemas nas Águas de Portugal com vista à sua privatização.”-----

-----**PONTO 2.6 – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 – APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 3 DO ART.º 5.º DA LEI N.º 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, CONJUGADO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA a) DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI**

209/2009, DE 3 DE SETEMBRO E ALÍNEA o) DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 2014.10.30, que se transcreve: “MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015-----

-----Pelo Sr. Presidente foi apresentada informação sobre o Mapa de Pessoal para o ano de 2015, que se transcreve: “*O Mapa de Pessoal para o ano de 2015, conforme o artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, contém a indicação do número de postos de trabalho que o Município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam, da área de formação, da Unidade Orgânica a que estão afetos bem como da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar. O Mapa de Pessoal contém ainda o número de cargos exercidos em Comissão de Serviço, o número de postos de trabalho a prover e providos, por contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado ou a termo resolutivo, certo ou incerto. Proponho, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de setembro, na redação que lhe conferiu a Lei n.º 80/22013, de 28 de novembro, que a Câmara Municipal submeta à Assembleia Municipal a aprovação do Mapa de Pessoal em anexo*”-----

-----DELIBERAÇÃO: Após análise deste assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2015, que aqui se dá como integralmente transcrito, ficando cópia do mesmo, devidamente rubricada pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião.-----

-----Mais foi deliberado remetê-lo à Assembleia Municipal para aprovação nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de Setembro, na redação que lhe conferiu a Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro.”-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**DELIBERAÇÃO: Devidamente apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 59 votos a favor e 1 abstenção, deliberou aprovar o mapa de pessoal para o ano de 2015, nos termos do n.º 3 do art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o disposto na alínea a), n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de Setembro.**-----

PONTO 2.7 – TRANSFERÊNCIA DOS IMPOSTOS DO ESTADO – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, CONFORME PREVISTO NO N.º 1 DO ART.º 26.º DO REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, CONJUGADO COM A ALÍNEA e), N.º 1 DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, 12 DE SETEMBRO--

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 2014.10.30, que se transcreve: “PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – 2015-----

-----Sobre o assunto, presente a informação n.º 16/2014 de 2014/10/24, da Divisão Financeira, que se transcreve: “*Conforme estipulado nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 25.º*



do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor, bem como, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. A participação variável no IRS constitui uma receita do município, nos termos da alínea e) do artigo 14.º, conjugada com a, alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, ambas da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI). O n.º 1 do artigo 26.º da RFALEI, determina que os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal (considera-se o do sujeito identificado em primeiro lugar) na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a coleta líquida. O n.º 2 do artigo 26.º da RFALEI estipula que a taxa de participação referida anteriormente depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica à Autoridade Tributária até 31 de dezembro. Para os rendimentos obtidos nos anos de 2008 a 2013, a participação variável no IRS foi fixada em 5%, e para os rendimentos obtidos no ano de 2014, foi fixada em 4%. Nos termos legais referidos, é competência da Câmara Municipal aprovar proposta, a submeter à deliberação da Assembleia Municipal, da percentagem variável no IRS pretendida, até ao limite de 5%.” -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou propor à Assembleia Municipal que seja fixada a percentagem de 3% na participação no IRS para o ano de 2015, conforme o previsto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 26º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.”-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 59 votos a favor e 1 voto contra, deliberou fixar em 3% a participação variável no IRS a que tem direito o Município, referente aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial de Macedo de Cavaleiros, a aplicar aos rendimentos do ano de 2015.-----

-----**Fez declaração de voto:**-----

-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – “A CDU vota contra a proposta da Câmara Municipal para fixação da taxa de participação no IRS para 2015. Vota contra porque consideramos que: 1- O desagrevamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida a que cabe ao governo e à Assembleia da República dar resposta, seja pela revisão dos escalões de tributação, seja pelo alargamento das deduções à coleta. 2- Não faz qualquer sentido que, quanto a este imposto em concreto, o desagrevamento da carga fiscal se faça desigualmente, de concelho para concelho e muito menos sentido faz que este desagrevamento seja concretizado à custa dos municípios, pela redução da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito. 3- O benefício fiscal que resulta do facto de o município abdicar da participação no IRS é socialmente injusto por reduzir mais a quem mais rendimentos tem, o montante é ridículo

para os benefícios e é uma opção profundamente demagógica.”-----

-----PONTO 2.8 – 6.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E DE TAXAS E COMPENSAÇÕES URBANÍSTICAS DE MACEDO DE CAVALEIROS – CONCLUSÕES DO PERÍODO DE INQUÉRITO PÚBLICO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA g), N.º 1 DO ARTIGO 25.º, CONJUGADO COM A ALÍNEA k), N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 2014.11.17, que se transcreve: “6.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E DE TAXAS E COMPENSAÇÕES URBANÍSTICAS DE MACEDO DE CAVALEIROS – CONCLUSÕES DO PERÍODO DE INQUÉRITO PÚBLICO – APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL-----

-----Sobre o assunto, presente a informação n.º 220 de 2014/10/19, da Divisão de Gestão Territorial, que se transcreve: “*Sobre o assunto em epígrafe, informo o seguinte: 1- Na sequência da informação n.º 151/2014, de 16/07/2014 e da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 11/08/2014 procedeu-se à publicação, em Diário da República do projeto de alterações ao Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas e à sua divulgação, através de editais. 2- Foram também enviados exemplares do projeto de alterações para todas as juntas de freguesia e procedeu-se à auscultação da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros, à Ordem dos Engenheiros, à Ordem dos Arquitetos, à Ordem dos Engenheiros Técnicos, e à Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços. 3- Concluído o processo de apreciação pública, todas as entidades acima referidas responderam, sendo que apenas a Ordem dos Arquitetos formulou a seguinte sugestão: no ponto 4.º do artigo 5.º do Capítulo II com a seguinte redação “... Em simultâneo com a apresentação de um exemplar do processo em papel deverá ser apresentado um processo em forma digital...”, a Ordem dos Arquitetos propõe a seguinte redação “... Em alternativa à apresentação de um exemplar do processo em papel, deverá ser apresentado um processo em formato digital...”. 4- Argumenta a Ordem dos Arquitetos no seu parecer que considera que este procedimento conjunto (apresentação de processo em papel e em digital), constitui uma sobrecarga de despesas a suportar pelos técnicos autores dos projetos. Esta divisão concorda com a posição da Ordem dos Arquitetos. No entanto, a câmara municipal ainda não está preparada, em termos tecnológicos (aplicações informáticas), para receber os processos de licenciamento de obras particulares apenas em formato digital. 6- Assim, propõe-se que se mantenha a formulação inicialmente proposta e que se informe a ordem dos Arquitetos que em princípio durante o ano de 2015, estará a câmara municipal em condições de prescindir da entrega dos projetos em papel, situação em que passará a permitir a entrega apenas em formato digital. 7-Ainda em relação ao Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas foi, já durante o processo de consulta pública das alterações ao regulamento, publicada mais uma alteração ao Decreto-Lei N.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação que lhe foi introduzida pelo*



Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, no caso a 13.^a, que vem mais uma vez impor aos municípios que a concretização e execução de alguns aspetos da lei, seja feita através da elaboração e/ou alteração, de regulamentos municipais designadamente: a) Concretizar quais as obras de escassa relevância urbanística para efeitos de delimitação das situações isentas de controlo prévio; b) Pormenorizar, sempre que possível, os aspetos que envolvam a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa, em especial os aspetos morfológicos e estéticos a que devem obedecer os projetos de urbanização e edificação, assim como as condições exigíveis para avaliar a idoneidade da utilização dos edifícios e suas frações; c) disciplinar os aspetos relativos ao projeto, execução, receção e conservação das obras e serviços de urbanização, podendo, em particular, estabelecer normas para o controlo da qualidade da execução e fixar critérios morfológicos e estéticos a que os projetos devam conformar-se; d) Disciplinar os aspetos relativos à segurança, funcionalidade, economia, harmonia e equilíbrio socio ambiental, estética, qualidade, conservação e utilização dos edifícios, suas frações e demais construções e instalações; e) Fixar os critérios e trâmites do reconhecimento de que as edificações construídas se conformam com as regras em vigor à data da sua construção, assim como do licenciamento ou comunicação prévia de obras de reconstrução ou de alteração das edificações para efeitos da aplicação do regime da garantia das edificações existentes; f) Fixar os montantes das taxas a cobrar; g) Indicar a instituição e o número da conta bancária do município onde é possível efetuar o depósito dos montantes das taxas devidas, identificando o órgão à ordem do qual é efetuado o pagamento; h) Condições a observar na execução de operações urbanísticas objeto de comunicação prévia; i) Determinar quais os atos e operações que devem estar submetidos a discussão pública, designadamente, concretizar as operações de loteamento com significativa relevância urbanística e definir os termos do procedimento da sua discussão; j) Regular outros aspetos relativos à urbanização e edificação cuja disciplina não esteja reservada por lei a instrumentos de gestão territorial. 8- Quer isto dizer que a câmara municipal vai ter que voltar a promover alterações ao Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas de modo a acomodar algumas das normas agora introduzidas com a atual alteração do Decreto-Lei N.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março. 9- Na sua maior parte, o atual Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas já prevê regulamentação para as mesmas (obras de escassa relevância urbanística, taxas, condições a observar pelas operações urbanísticas objeto de comunicação prévia, etc.). 10- Face ao exposto, esta divisão propõe que a Câmara Municipal aprove a versão final da proposta de alterações e proponha à Assembleia Municipal, a sua aprovação definitiva, sem prejuízo de logo que existam condições, se dê início ao estudo das implicações que o Decreto-Lei N.º 136/2014, de 9 de setembro tem na atual redação do Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas, de modo a durante o primeiro trimestre de 2015, se promover nova alteração ao mesmo.”-----

-----DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade,

deliberou aprovar a versão final da proposta de alterações à 6.ª Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, da Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas de Macedo de Cavaleiros e propor à Assembleia Municipal, a sua aprovação.”-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que informou que a presente alteração é motivada no essencial pelas alterações legislativas a saber: o Decreto-Lei n.º 92/2010, que é uma Diretiva de Serviços, o SIR – Sistema de Industrias Responsáveis, o Licenciamento Zero, o Licenciamento e Fiscalização das Instalações de Armazenamento de Produtos de Petróleo e do Combustível líquido e gasosos derivados do petróleo e introduz também alterações relevantes ao nível da simplificação de diversos procedimentos destinados a reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas mediante a eliminação de licenças, autorizações, autenticações, certificações e outros atos emitidos na sequência de comunicações prévias, com prazo, registos e outros atos permissivos substituindo-os por um reforço de fiscalização sobre estas atividades.-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Sobre este assunto disse que embora tudo aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer, pela necessidade da Revisão e Alteração deste Regulamento Municipal, o que é verdade. Mas há também uma outra legislação que foi a Revisão do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação que saiu entretanto e que faz com que este Regulamento só seja válido até ao dia 07 de Janeiro de 2015 e o Sr. Presidente certamente sabe disso. Pergunta se não teria sido possível estarem já hoje a aprovar o novo Regulamento que a partir do dia 7 de Janeiro lhes permitisse estarem a trabalhar dentro da legalidade necessária para o licenciamento. Disse ainda que quando o Sr. Presidente refere facilitar a vida aos munícipes e ir diminuir as exigências no licenciamento, e passou a citar: “...é isento de licença a reparação de muros de pedra solta nas zonas rurais, não confinantes com estradas ou caminhos públicos desde que não excedam a altura de 1,80m...”. Ora, toda a gente que queira reparar um muro de pedra solta nas zonas rurais e que confine com a via pública tem de apresentar projeto e está sujeito a licenciamento e quem lida com estas situações todos os dias às vezes faz manigâncias à custa de arriscar ter um problema no seu próprio emprego porque até têm vergonha de pedir ao munícipe que tem de apresentar um projeto para reparar um muro, pois fica mais caro o projeto do que custa o muro. Acha que a Câmara devia ter mais preocupação nestes pormenores e se efetivamente pretendem facilitar a vida aos munícipes têm de rever e reconsiderar o que é ou não é isento.---

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por unanimidade deliberou, nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar a 6.ª Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e de Taxas e Compensações Urbanísticas de Macedo de Cavaleiros, que aqui se dá como integralmente transcrito ficando cópia da mesma devidamente arquivada na pasta correspondente a esta reunião.**-----



-----**APROVAÇÕES EM MINUTA.**-----

-----Foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos 2.3, 2.5, 2.6, 2.7 e 2.8 e a moção aprovada.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Conforme estipula o n.º 1 do artigo 49º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir. -----

-----**Não houve quem pretendesse usar da palavra.**-----

-----**Eram vinte horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Ex. mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.**-----

